Nº: 609-IX
Proc.º: 30.06.02.07
35.02.28
35.02.29
Data: 26.11.2009

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente do Governo;
Senhoras e Senhores membros do Governo;

A eficácia das políticas governativas, espelhadas nos orçamentos e respectivos planos de investimento, são medidos pelos resultados e por indicadores económicos, financeiros e sociais. Mas o principal indicador, de carácter qualitativo, é o nível de bem estar das populações. É deste ponto de vista que estamos a analisar o plano e orçamento para 2010, apresentados nesta Assembleia.

Temos pautado ao longo do tempo a nossa conduta por sermos uma oposição responsável: Fiscalizando a actividade governativa, criticando as suas opções, e propondo soluções que possam contribuir para o bem estar dos Açorianos.

Invoca-se muito que a crise chegou aos Açores mais tarde e que mais cedo sairá. Factores há muitos mas o facto da Administração Regional contribuir com cerca de 40% para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e empregar mais de 30% da População na Região, tem o seu peso decisivo. Seria interessante fazer a análise do verdadeiro impacto da crise sobre os diferentes sectores de actividades, desenvolvidos por todos aqueles que o fazem fora da esfera da Administração Regional.

A nível fiscal, a postura conservadora na República é seguida, também, aqui, na Região.

O Ministro das Finanças, anunciou o fim da aplicação do IVA sobre o preço de venda dos automóveis, mas em contrapartida irá aumentar o Imposto sobre Veículos (ISV), de forma a não perder receita fiscal. Ou seja, unicamente para cumprir uma exigência da U.E., irá ser abolida uma tributação sobre um bem de consumo, mas em contrapartida irá aumentar um outro imposto. Resultado desta medida para os consumidores: nenhuma! Fica tudo na mesma, o preço final ao consumidor será exactamente igual. Eficácia zero.

No orçamento regional dois fenómenos acontecem ao nível dos impostos directos e indirectos. Nos directos, a referencia é feita ao nível do Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS); nos indirectos refiro-me ao Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP).

O Governo Regional prometeu no seu Programa de Governo, aliviar a carga fiscal a nível do ISP. Na prática não tem sido seguido, uma vez que o nível de receita prevista e arrecadada tem sido mantida inalterada contrariando as oscilações sentidas e verificadas no mercado internacional do crude.

A nível de IRS prevê o Governo arrecadar mais 16 milhões de euros em 2010. Aqui o problema é mais complexo, mas oportunamente havemos de voltar a esta questão.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Confiança e crise são as palavras mais utilizadas.

A crise é que é responsável pelo não funcionamento do Hotel-Casino;

A crise é que é responsável pelo abandono do Grupo Luso-Irlandês num Investimento, no sector turístico;

A crise é que é responsável pela não construção dos campos de Golfe do Faial e de Santa Maria;

A crise é que é responsável pelo fracasso na construção dos Novos Navios;

A crise é que é responsável pela "fuga" dos investidores em Centrais de Energias Renováveis (Biomassa);

Enfim a crise é que é responsável por tudo o que corre mal nos investimentos estruturantes para o desenvolvimento dos Açores.

Confiança é o lema do Governo para sair da crise. É pouco!

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Não vou fazer um roteiro exaustivo em relação à Ilha de São Miguel, no que ao Plano de investimentos diz respeito, no entanto, gostaria de deixar algumas notas sobre promessas não cumpridas, preocupações e necessidades de investimento.

No Concelho de Ponta Delgada:

Estamos preocupados com o futuro das Sete Cidades. Ao nível do sector Agrícola, uma vez que é voz corrente no sector que o Governo Regional pretende acabar com a lavoura naquela freguesia. A acontecer, prevê, dentro da reestruturação do sector incluir algum plano estratégico para protecção do futuro dos lavradores e das suas respectivas famílias?

Uma vez que estamos numa localidade que segundo os seus responsáveis políticos locais: "estamos 50 anos atrasados no tempo". O que pensa fazer o Governo para aproximar as Sete Cidades duma freguesia, que seja um verdadeiro pólo turístico, que juntamente com a freguesia das Furnas são das mais emblemáticas da Ilha de São Miguel e dos Açores, figurando constantemente nos postais turísticos de promoção da nossa Região?

Nos Mosteiros, outro ex-líbris, outro cartão de visita turístico. É necessário intervenção na zona portuária. Sempre se vai concretizar a obra de Reordenamento da Orla Marítima daquela localidade?

O abastecimento de água à lavoura, de uma forma geral e em concreto, o reservatório de água para a Lavoura, no Pico de Mafra, sempre se vai construir em 2010?

Construção da Escola Básica e Secundária com Ensino Artístico na Levada, que é uma promessa desde 1996, que já esteve em planos anteriores, passados 13 anos nada se sabe sobre a sua concretização.

Instalação do Ensino Secundário nas Capelas, para quando?

Concelho da Lagoa:

Projecto de protecção na Orla Marítima da Atalhada.

Porto de Recreio da Lagoa?

Concelho da Povoação:

Obras de requalificação no Porto da Vila?

Vila Franca do Campo:

A necessidade da construção de uma variante que ligue Ponta Garça à Ribeira Seca.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Não basta as boas intenções, é preciso também boas execuções.

Por isso, termino como há um ano atrás.

Não basta escrever acções e preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade para as realizações.

O Deputado Regional

Pedro Medina